



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 056

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE JUNHO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Anibelli e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Chico Noroeste (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tendo em vista que os Parlamentares estão, aqui, na frente do Palácio Iguazu numa solenidade convocada pelo Governo, requeiro a V. Exa. que suspenda a sessão por alguns minutos para que os Deputados cheguem e possamos trabalhar.

Estamos ajudando o Executivo a fazer algo ou a não fazer algo. Acho prudente se V. Exa. puder suspender a Sessão por uns dez minutos, ou ela vai cair, e os que estão nas galerias não vão ver a Sessão Plenária acontecer normalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à chamada nominal, porque é regimental. Os Deputados estão participando de um momento importante dos agricultores do Estado do Paraná.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam à chamada. Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das Proposições de Veto - itens 04 a 13, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 147/2004, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o período do Grande Expediente do dia 21 de junho de 2004 para homenagear o Dr. Fábio Sallum, cardiologista do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba, que realizou o primeiro transplante cardíaco em criança nos Estados do Paraná e Santa Catarina, com sucesso.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades na APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, compareço perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, que seja reservado o Plenário deste Poder, na data de terça-feira, dia 22 de junho do corrente, às 10h00, para a ouvida do Sr. Dr. Carlos Alberto Wanderley Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAC.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, à família Lira, pelo falecimento do Sr. Lino Lira, ocorrido no dia 15 do corrente mês, na Cidade de Guaraniáçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua filha, a Sra. Jovilde Lira Karpinski, residente na Rua Fernandes Badotti, s/n, CEP 85.400-000 - Guaraniáçu/PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Lino Lira faleceu aos 70 anos de idade na Cidade de Guaraniáçu.

Nascido em 04.11.1934, na Cidade de Cotegipe/RS, transferiu-se para a Cidade de Guaraniáçu em 1960, onde residiu até o seu falecimento.

Dedicou-se à agricultura, proporcionando significativa contribuição para o desenvolvimento econômico daquele Município. Seu passamento causou consternação à população guaraniáçuana, onde residiu durante quarenta anos, conquistando grandes amizades, deixando em todos dor e saudades irreparáveis.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Jorge Bounassar Filho.

A referida homenagem deve-se pelo ilustre cargo por este senhor assumido, como Presidente Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa, por um mandato de dois anos.

Vale ressaltar que o referido homenageado também foi Reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e atualmente dirige a Fundação Araucária.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Rádio Clube Paranaense, pelos seus oitenta anos de atividade.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense, a mais antiga do nosso Estado, completa no dia 27 do presente mês, oitenta anos de atividade.

Possuindo quatro diferentes faixas de onda, a Rádio Clube não atinge apenas o território paranaense. Suas ondas percorrem todo o Brasil, proliferando-se por países como a Finlândia e o Japão, levando a cultura do nosso povo para os mais distantes pontos do globo terrestre.

Os microfones da Clube já ecoaram vozes de inúmeras personalidades e lideranças paranaenses, como Artur de Souza, Ari Fontoura, Algaci Tulio, dentre outros, o que espelha a credibilidade da emissora perante a sociedade.

Pelos oitenta anos da Rádio mais antiga do Estado do Paraná, que orgulha nossa sociedade com sua conduta de amor pelo que é da nossa terra, que este Deputado propõe o presente.

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência da Caixa Econômica Federal - CEF, do Município de Maringá / PR, sugerindo a abertura de uma agência da Caixa Econômica Federal no Município de Altônia / PR, em virtude do aumento populacional que o Município teve nos últimos anos e da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua Santos Dumont, 2881, 4º andar - CEP 87013-050 - Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Major Anselmo José de Oliveira - Secretário-Chefe da Casa Militar, no sentido de incluir o Município de Prudentópolis

lis na implantação do Programa de Municipalização do Corpo de Bombeiros, parceria entre o Governo do Estado e as Prefeituras. Tal solicitação prende-se ao fato de Prudentópolis estar com uma população de aproximadamente 50.000 habitantes e não possuir um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros.

Requer ainda, que se dê ciência ao Vereador Wanderlei Baldissera, Presidente da Câmara Municipal e ao Sr. Juraci de Freitas Poli, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Prudentópolis, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Conselheiro Ruy Barbosa, s/n, Conselho de Segurança, à Travessa Wilson João Copack, 144 - CEP 84400-000 - Prudentópolis / PR.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 243/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Grupo Viva Vida Terceira Idade de Jacarezinho, com sede e foro na cidade de Jacarezinho - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Grupo Viva Vida Terceira Idade de Jacarezinho, fundada no dia 14 de junho de 2002, com sede à Rua D. Fernando Tadey, nº 1349, na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, planejar e executar programas visando a melhoria do bem-estar material e capacitação cultural, bem como o desenvolvimento das aptidões nas áreas de comunicação social e humana das pessoas maiores de quarenta anos, aposentadas ou não.

Através de um trabalho voluntário, é prestado um auxílio no desenvolvimento de atividades individuais e coletivas aos associados, incentivando-os a participarem de atividades programadas nas áreas de esporte, turismo, recreação e lazer. Toda renda ou receita auferida é aplicada em próprio benefício da associação e respectivos associados.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação Grupo Viva Vida Terceira Idade de Jacarezinho, bem como analisando toda a documentação da entidade que se encontra dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloca à apreciação do Plenário

este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo oradores no Pequeno Expediente, no Grande Expediente está inscrita a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná.

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para registrar a presença, na tribuna de honra, do nosso Presidente da Igreja, em Jaguariaíva, Pastor João Rocha.

Agradecemos a sua presença no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Natálio Stica, será que o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura estaria, aqui, para fazer uso da palavra, no Pequeno Expediente?

O SR. NATÁLIO STICA

Posso verificar.

Ele estava no Palácio, enquanto o Governador fazia o uso da palavra e acredito que tenha terminado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedemos a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, que solicitou o horário no Grande Expediente.

Com a vinda do presidente da Federação dar-lhe-emos o espaço.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É mais que sabido que às duas e meia da tarde o Poder Legislativo se reúne para a Sessão Plenária. Acho que o bom-senso poderia prevalecer. Poderíamos marcar os eventos políticos, na frente ou dentro do Palácio Iguaçu, em um horário que não venha constranger esta Casa.

Cabe ao Líder do Governo, Natálio Stica, que aqui está, ordenar esse tipo de comportamento do Executivo e Legislativo, porque este é o primeiro dos três Poderes, é o mais forte e representa o povo. Geralmente ele é considerado, por exemplo, nesse tipo de comportamento. Por que fazer um evento que atrai populares e que é importante para a população, exatamente no momento da Sessão? Qual será a razão? Será que é porque a Comissão não se reuniu para deliberar sobre o interesse? Ou será porque teria na Ordem do Dia alguma coisa, que não interessava ao Poder Executivo que ele fosse votada ou discutida? Por que será que nosso Líder do PDT, Vice-Presidente do Paraná, se indis põe tanto com o nosso ilustre Deputado Rossoni?

Estas pequenas indagações - se chegarmos ao fundo e analisarmos os meandros da política e fizermos uma análise do comportamento parlamentar, chegaremos a um ponto que é crucial. Aliás, este ponto já foi discutido à semana passada e decidido, aqui, pelo Presidente

Hermas Brandão - vai instalar na Assembléia Legislativa uma televisão para que transmita, ao vivo, todas as Sessões. Daí, o povo do Paraná verá quem são os Deputados que votam certas matérias e não são capazes, muitas vezes, de assumir o ônus político ou o bônus político.

A TV Assembléia vai ser um instrumento tão forte para a população do Paraná que evidentemente vai, na hora de votar, pensar e analisar o comportamento que cada Deputado teve em determinado momento.

Por exemplo, se tivéssemos a TV Assembléia na época da venda da COPEL, a população teria assistido discursos durante horas e horas daqueles que defendiam a não venda e daqueles que defendiam a venda.

Se tivéssemos a TV Assembléia, a população toda do Paraná, mesmo o agricultor, saberia que nós estamos pagando 50 milhões de reais por mês por conta do prejuízo do BANESTADO. E se soubesse por que deu este prejuízo, este rombo, se tivessem tido a oportunidade de assistir a CPI do BANESTADO, saberia quem foi, efetivamente, o culpado pelo rombo do BANESTADO. E quem está pagando a conta é o agricultor, aquele que precisa de creche, aquele que precisa de escola, que precisa de posto de saúde, porque quem precisa de Governo, é sempre o mais pobre. Quem precisa de Governo é o agricultor, que precisa da semente para plantar, que precisa de incentivo na compra de adubos, que precisa ver diminuídos estes custos dos insumos para produzir nossa agricultura. Quem precisa de Governo, não são os grandes latifundiários. Quem precisa de Governo é aquele que tem 10, 12 alqueires de terra mas que não tem a semente, o adubo, o instrumento para dar o sustento à sua família.

Então, aqui é a casa do povo, e como tal, precisa que o povo veja o comportamento de cada representante. De nada adianta um Deputado representar um Município e levar uma ambulância ou uma viatura, sendo que isto é normal, porque está no orçamento do Estado. Pouco adianta. Adianta, sim, fiscalizarmos o Governo, para que ele gaste menos em publicidade e propaganda, porque elas são lesivas ao interesse do povo, quando pagas com exagero.

Tem inúmeros programas do Governo Requião que eu, admiro, por exemplo, a tarifa da água da SANEPAR, a tarifa mínima. Foi boa! Quem foi beneficiado sabe que foi beneficiado! Não precisa gastar mais em propaganda, para promover o governante! Por exemplo, Luz Fraterna é um ótimo programa, mas não precisa gastar muito mais em propaganda em rádio, jornal, televisão, do que propriamente é o benefício.

Sabem o que precisamos? Precisamos rever nossa política administrativa do Estado. Temos que verticalizar nossa produção. Temos que plantar o algodão, colher, fazer dele o fio, a tecelagem, a venda e o consumo, porque aí estaremos gerando empregos e renda para o nosso agricultor se manter na agricultura. Não adianta discutirmos se vamos exportar soja transgênica ou não; nós temos que discutir se vamos exportar óleo pronto

porque daí estaremos agregando valor, desde a produção, até o consumo final.

Então a nossa agricultura, o nosso Estado agrícola tem diferentes regiões. Para cada uma delas mereceria um programa diferente. Se olharmos a vocação do Norte Pioneiro é uma, do fundo do Noroeste é outra; se olharmos a vocação do litoral, é completamente outra; da região Sul, Rio Azul, é outra. Precisamos integrar o Paraná com programas diferentes para gerar aquilo que a família precisa para manter-se no campo, mas com dignidade, tendo dinheiro para sustentar os seus filhos e dar-lhes cultura, porque hoje a informação é tão rápida e tão instantânea que precisamos dar à nossa população, aos nossos filhos, mais oportunidade de escola.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Muito obrigado, e aos representantes da FAEP é o momento oportuno esse debate. Temos que agradecer-los aqui. O Fundo de Aval vai criar condições de acesso a crédito para quem não conseguia financiamento por questão de documentos ou não ser proprietário. Esse programa vai alavancar até 60 milhões de reais aqui no Paraná. É um projeto inédito e visa atender o pequeno agricultor, incluir o agricultor que está fora do processo de crédito e para ele continuar na propriedade.

O Governo Federal, hoje pela manhã, numa teleconferência através do Ministro Miguel Rosseto, já deu as preliminares do que será o Plano Safra 2004/2005. Os Deputados do Bloco foram representado por mim e a Deputada Luciana. Lá o Ministro já colocava que terá recursos dentro dessa linha de raciocínio à agroindústria, terá um PRONAF de custeio para a agroindústria. É uma visão muito clara de inversão do Governo Federal e Governo Estadual de atenção ao pequeno agricultor.

Então, programas como o Irrigação da Madrugada que vai entrar em vigor, programas fantásticos como esses e a expansão do crédito para sete bilhões de reais, no último ano do Governo do FHC foram 2,2 bilhões de reais. Esse Plano Safra 2003/2004 vai fechar em cinco bilhões. E para 2004/2005, será sete bilhões de reais, já está ocorrendo isso que V. Exa está fazendo. Agora, é uma questão de tempo, naturalmente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço o aparte e quero dizer que votei favoravelmente a esse Fundo de Aval. Agora, sabe quanto dinheiro tem na Carteira de Fomento do Governo do Paraná, de títulos que o Estado comprou? Tem gente que devia para o BANESTADO um bilhão e meio de reais! Então, têm empresários do Paraná que estão devendo um bilhão e meio de reais para uma carteira de Fomento que o Paraná criou!

Eu quero que o Governo do Paraná coloque a público esses devedores, porque o Estado pegou dinheiro emprestado para pagar esse Fundo de Aval, para pagar esses títulos. Agora, o Irrigação da Madrugada, excelente! Uma grande idéia, vai ajudar muita gente!

Para não me alongar vou dizer-lhes uma coisa. Vim da roça, também, conheço o que é a vida do campo, sei o que é ser pequeno agricultor, fui Vereador de Curitiba e cinco vezes Deputados Estadual. E, sinceramente, a população tem uma paciência de Jó, porque, se levarmos a cabo, se resolvermos mudar este País, simplesmente com boa vontade política, administrativa, se deixarmos de lado a demagogia, vamos trabalhar e cobrar aqueles que levaram os bilhões.

O Governo Federal, o Banco Central, é responsável, sim, pelo furo que deu o BANESTADO, porque é responsável pela fiscalização de todos os Bancos. Quando um Banco vai mal, o Banco Central tem que decretar intervenção; e o Banco Central assim não fez. Sabe o que fizeram?

O Governo Lerner deu um telefonema para o Presidente da República e falou: “Você me empresta cinco bilhões e seiscentos milhões de reais e nós vamos sanear todo o furo do Banco”. O próprio Governo do Paraná vai comprar um bilhão e meio de títulos podres, que as pessoas não pagaram, não deram garantia, não deram absolutamente nada; trataram a questão politicamente.

Tudo certo, veio o dinheiro para o Paraná, sanearam o Banco e daí jogaram toda a sujeira para baixo do tapete e venderam-no para a iniciativa privada, para encerrar a novela.

Daí, veio a CPI do BANESTADO e revelou tudo, e um pouco mais; muitos já estão na cadeia, e muitos outros irão; e se o Governo do Paraná insistir em fazer com que aqueles que devem para a Carteira de Fomento do Estado, que é um bilhão e meio de reais, nós teremos dinheiro para investir na pequena agricultura.

Se o Governo do Paraná, como eu tenho certeza, o Governador Requião, é um homem que tem sensibilidade humana, que olha para os pequenos, tenho certeza que ele vai entrar com uma ação contra a União Federal para que o Banco Central se responsabilize pelo ato de não ter decretado intervenção do BANESTADO.

Tenho certeza que o Governo do Paraná vai se manifestar e vai renegociar essa dívida, porque cinquenta milhões de reais por mês meus senhores, daria para comprar três mil e quinhentos carros populares por mês, por exemplo, para servir à segurança que falta à população. Três mil e quinhentos carros por mês para transformá-los em ambulância para atender a população que vive no interior!

Então, não é justo que o povo do Paraná continue pagando um boleto bancário todos os meses, porque se assim não o fizer, no final do mês não vem o repasse do dinheiro da União. E vocês sabem até quando vai essa dívida? Até março de 2029! Essa dívida aumenta dia a dia, essa dívida merece um levante do Estado do Paraná para renegociá-la com o Governo Federal, porque não podemos aceitar que gente com poder político tenha conseguido empréstimo em Nova Iorque, Grand Cayman, no Paraguai; e a população da roça, do interior do Paraná esteja pagando a conta!

Então, meus irmãos, neste momento que ocupo o espaço de um representante da FAEP - que aqui não está; mas serve o espaço e a tribuna democrática, regimentalmente que usei, para dizer alguma coisa que evidentemente muita gente gostaria de saber, e saberia com muito mais facilidade se nós tivéssemos, e como teremos aqui em breve, segundo o nosso Presidente Hermas Brandão, a TV Assembléia.

Porque, não se esqueçam, nada acontece no Estado se não passar por esta Casa, nem as contas do Jaime Lerner, que não mereciam ter sido aprovadas, o teriam sido, se não passassem por aqui, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar deste Poder, e como tal, dá parecer prévio favorável ou contra.

E nós, num dia negro, num dia que marcou profundamente a alma, porque aprovamos oito contas neste plenário, incluindo a de 1992, do Jaime Lerner, contas onde sequer constava a venda de ações da COPEL. Quando Jaime Lerner assumiu o Governo do Estado tinha 86% do patrimônio da COPEL. Quando deixou o governo, o Estado tinha 31%! Vendeu 111 bilhões de ações, e arrecadou, no mínimo, dois bilhões e duzentos milhões de reais! E não constou esse dinheiro! Nem como entrou, nem como saiu! E esta Casa deu o aval, como se nada tivesse acontecido!

O Parlamento há de se levantar quando a população for às urnas, ciente de que o Parlamentar fez o seu dever. Primeiro dever é fiscalizar o Poder Executivo. Ver onde aplica o orçamento que tem. Analisar as contas do Governo. Manter-se ativo, porque falamos por vocês! Falamos pelo povo do Paraná! E devemos fazer com competência, porque não há mais espaço no mundo globalizado para aquele que não é eficiente naquilo que faz!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quero agradecer a presença dos agricultores que se encontram aqui.

Gostaria de conceder a palavra ao Vice-Presidente da FETAEP, Antonio Lúcio Zarantonello, para que faça aqui suas colocações com relação ao “Grito da Terra”.

Temos a satisfação, de recebê-los aqui e, usando esse espaço democrático, a Assembléia concede o tempo para que o senhor possa falar, em nome da FETAEP e sobre esse movimento que é justo dos agricultores do Paraná, especialmente os da agricultura familiar.

Com a palavra, o Sr. Antonio Lúcio Zarantonello.

O SR. ANTONIO LÚCIO ZARANTONELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez queremos agradecer pelo espaço concedido à nossa organização, ao nosso “Grito da Terra”.

Inicialmente queremos fazer um relato rápido do que significa para nós este dia de manifestação, batizado por “Grito da Terra”.

Tem sua origem nos anos de 1995, onde, a nível nacional, começamos ter esse dia como data-base do movimento. Dia de reivindicação, proposição, de manifestação. Hoje estamos realizando o nosso 10º “Grito da Terra”. Em Brasília, foi realizado em maio.

O nosso “Grito” trouxe à nossa Capital em torno de três mil trabalhadores rurais. Tivemos uma audiência na DRT, no INCRA e na Superintendência do Banco do Brasil. Há alguns minutos tivemos a assinatura do Governador do Estado do Fundo de Aval.

O “Grito da Terra” não é só o dia em que apresentamos a nossa pauta, nossas propostas e reivindicações, mas é também o dia de mostrarmos o nosso poder de organização, embora, como disse o Deputado Neivo Beraldin, o povo brasileiro e também paranaense ainda possui essa “paciência de Jó”, mas também possui propostas, reivindicações e poder de organização e mobilização. Portanto, o Grito da Terra, para simplificar, dando exemplos, tem grandes conquistas que já podemos contabilizá-las, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e, hoje, como já dissemos, a assinatura do Fundo de Aval.

Neste particular, queremos dizer que esta Casa de Leis participou de uma forma efetiva gerando a lei que cria o Fundo de Aval, que pretendemos que esta Casa de Leis sensibilize-se e continue trabalhando para que este Fundo não seja um Fundo restritivo. Sabemos que existe a preocupação de atender neste início, cem mil Municípios considerados de IDH baixo; sabemos que tudo começa de forma nem tanto perfeita; sabemos também da sensibilidade do nosso Governador do Estado, que já foi colocada pelo Deputado; sabemos também da sua intenção e de ter a coragem, muitas vezes, de desafiar os poderosos de forma pública dentro da grande imprensa.

Não é ignorável isso, temos consciência, mas nem por isso deixamos de fazer nossas considerações, nossas ponderações e querendo exigir que, realmente, algo de muita importância que se transformou na conquista dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do Paraná e do Brasil não possa vir a ser, de repente, alguma coisa discriminatória por não atender todos os municípios, todos os trabalhadores.

Citamos, rapidamente, que temos o grande produtor na agricultura, o médio, o pequeno, o transição, o consolidado e o periférico. Se fizermos uma análise veremos que só os periféricos e aqueles em precárias situações representam em torno de noventa mil trabalhadores agrícolas. Portanto, precisamos que o Fundo de Aval atinja não só determinado número de Municípios, sendo restritivo, mas que atinja todos os Municípios do Paraná, porque trabalhadores periféricos estão em todos os Municípios; não só nos de IDH baixo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos aqui alguns pontos que gostaríamos de deixar como reivindicação do nosso “Grito da Terra Paraná” a esta Casa de Leis. Nós já temos, como paradigma, desde 2001, se podemos trazer como justificativa

de que é possível que o Paraná também possa ter um salário-mínimo, e a nossa proposta de salário-mínimo é de R\$ 372,00.

Rio Grande do Sul tem salário-mínimo pela lei que sua Assembléia Legislativa, naturalmente, produziu e, hoje, os trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul tem por lei um salário-mínimo de R\$ 338,00, e o sindicalismo rural daquele Estado, por intermédio do seu poder de negociação, ainda elevou esse índice.

Na categoria de metalúrgico, o salário-mínimo do Rio Grande do Sul é de R\$ 367,00, estabelecido em lei. Queremos, também, trazer para esta Casa de Leis essa proposição do Grito da Terra sobre o salário-mínimo e, neste momento está sendo também reivindicada e proposta ao Governador do Estado, em audiência que está se realizando.

Assim que terminarmos nosso compromisso aqui, nos somemos àquela audiência e lá estaremos também solicitando ao Governador, por intermédio de Mensagem a esta Casa ou que esta Casa sensibilize e trabalhe em salário-mínimo para o nosso Paraná, já que o nosso salário-mínimo nacional está hoje tão questionado, inclusive pelo Senado.

Também estamos pleiteando, reivindicando a esta Casa de Leis, um programa de habitação rural, porque é sabido por muitos desses Parlamentares, inclusive o Sr. Presidente que vem da agricultura, conhece a nossa luta, temos relacionamentos restritos e sabe que muitas vezes existem financiamentos para construir abrigo a animais de toda espécie e não existe financiamento para a construção ou reforma da residência da família rural!

Portanto, nós reivindicamos, sim, a esta Casa de Leis, que tenha um programa do Estado do Paraná que venha atender à habitação rural.

Como proposta, esta Casa já possui a nossa pauta e queremos deixar mais uma hoje, a V. Exa., Sr. Presidente, para que tenhamos de início um programa da habitação de até vinte mil reais para a construção ou reforma de residência de agricultores familiares até três módulos fiscais, com carência de três anos, com juros acessíveis e 50% desse financiamento a fundo perdido.

Queremos também pedir a esta Casa, um apoio a um nosso projeto na área da Previdência Social, que tramita na Câmara dos Deputados do nosso País, que é o nosso Projeto de Lei nº 6548/2002. Nós temos lá esse projeto produzido pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais brasileiros, porque a dificuldade que temos em ter acesso aos benefícios da Previdência Social é de conhecimento público. Muitas vezes o trabalhador ou a trabalhadora trabalha desde criança e quando atinge sua idade de buscar esse benefício, tem dificuldade de comprovação da sua atividade.

Esse nosso projeto desburocratiza e traz também a nossa forma de contribuição para a Previdência Social, haja vista que somos taxados de não contribuintes.

Por isso, temos um projeto construído por nós, com nossa assessoria e que deve ter agilidade, por estar

muito devagar lá naquela Casa de Leis também. Gostaríamos que os Deputados examinassem o nosso projeto, porque ele é anexo da nossa pauta do “Grito da Terra Paraná”. Faz parte, como anexo da nossa pauta, para que os senhores possam, cumprindo o seu dever também, principalmente junto aos Parlamentares federais do nosso Estado, fazer as suas ações, que possam trabalhar na agilidade desse processo.

E, por último, queremos deixar aqui uma preocupação também muito grande, neste momento de reformas que atravessa o País, algumas delas já realizadas, outras a caminho, aos “trancos e barrancos” que muitas vezes nos deixam com preocupação e insegurança. É uma reforma que, com certeza, pode transformar a vida da sociedade brasileira como um todo numa situação perigosa, como pode ser também progressista e pode ser importante que é a reforma sindical. E já se encontra na mão do Governo Federal uma proposta produzida pelo Fórum Nacional Brasileiro, criado pelo Presidente da República, com o objetivo de ter sugestões da sociedade. Mas, paralelo a isso, o Governo também buscou ouvir a sociedade por intermédio do Ministério do Trabalho e suas Delegacias, ouvindo a sociedade como um todo, as instituições, e agora esse projeto está sendo dito ou batizado de consenso. E não é verdade.

Por isso estamos preocupados, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e até de empregadores, com a reforma sindical que se desenha pelo Fórum Nacional, que parece muito mais um acordo do que realmente fruto de produto da sociedade.

Naturalmente, as conferências dos Estados, quase que na sua totalidade, se podemos citar aqui alguns percentuais, podemos falar em torno de 80% que mantém o artigo 8º e a Unicidade Sindical. enquanto que a proposta se direciona em um pluralismo que, muitas vezes, é desconhecido até pelos seus próprios propositores.

Queria, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, fazer sucintamente a leitura da pauta onde esperamos desta Casa formalmente, inclusive o apoio sobre essa questão específica da Reforma Sindical. Gostaria de sua atenção, porque isso que está aqui é fruto, não só do Grito da terra Paraná e nem dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Paraná, mas envolve o sindicalismo de grande parte da nossa região brasileira.

(Lê):

“O Sistema CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), composto pelas 26 FETAGs (Federações dos Trabalhadores na Agricultura) e 3.750 STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), entendem ser necessária a implementação das Reformas no País. Especificamente no que se refere à Reforma Sindical, considera que esta se justifica pela necessidade do reconhecimento das Centrais Sindicais para discussão de temas nacionais e intercategorias; da maior transparência na prestação de contas e da duração dos mandatos

dos dirigentes; bem como disciplinamento com relação às eleições sindicais, entre outras.

A FETAEP vem participando do Fórum Sindical do Paraná e do Fórum Sindical Sul, que congrega os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Da mesma forma, a CONTAG faz parte do Fórum Nacional dos Trabalhadores, o qual é composto pelas Confederações de Trabalhadores e algumas Centrais Sindicais. No âmbito desses fóruns de discussão - que vêm se reunindo há mais de seis meses - após exaustivos debates, as entidades componentes deliberaram (anexo II) pela manutenção do artigo 8º da Constituição Federal, o qual assegura o sistema da unicidade sindical brasileira. Esse princípio, previsto na Carta Magna, tem garantido a unidade dos trabalhadores na luta por seus direitos, inclusive nas fases mais críticas da história recente do País, a exemplo do regime militar, período no qual os STRs sofreram intervenções e intensas perseguições. Apoiado nesse princípio constitucional de unicidade são inegáveis as conquistas adquiridas pelo sindicalismo brasileiro - rural e urbano - como a própria eleição da atual Presidência da República.

Isto posto, solicitamos, tanto do Governador do Estado como dos Parlamentares Estaduais, apoio à deliberação conjunta das entidades componentes dos referidos fóruns, ou seja - a manutenção do artigo 8º da Constituição Federal, assegurando o sistema da unidade sindical brasileira - através da intercessão junto aos Parlamentares Federais, principalmente da Bancada Paranaense. Reivindicamos, inclusive, que a Assembléia Legislativa se manifeste formalmente junto ao Poder Legislativo Federal, apoiando nosso pleito”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados. Deixo aqui, embora esta Casa já tenha cópia, mais uma, na pessoa do seu Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Meu caro Vice-Presidente da Federação, gostaria de agradecer a sua participação. Inclusive, faço aqui uma *mea culpa*, talvez eu realmente deva escusas ao Deputado Valdir Rossoni até pela rigidez, pela forma dura com que....

O SR. VALDIR ROSSONI

Tudo bem Deputado, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

.... quem sabe de forma consciente eu tenha feito para que a Sessão não caísse e pudéssemos ouvir os agricultores que fazem parte do Grito da Terra. Falou bem o senhor. E esta Assembléia acompanhou aos longos tempos, não fosse a luta dos agricultores familiares, pode ter certeza absoluta nós não teríamos o PRONAF, um dos melhores programas que a agricultura familiar já viu neste Brasil. Isso é fruto muito mais do trabalho dos agricultores, das Federações.

Eu quero reconhecer isso aqui, perante o senhor, e reconhecer também perante os Presidentes de Sindicatos, dos trabalhadores que aqui estão, de que este trabalho do Grito da Terra, da organização dos nossos agricultores familiares, é fundamental para que a nossa agricultura familiar possa ter condições de sobreviver.

Falou bem o senhor com relação à habitação rural. É uma preocupação desta Casa a questão do apoio ao fomento, do calcário, enfim, do subsídio para o agricultor familiar. E eu ouvi aqui a sua explanação, falei com o Presidente Hermas Brandão, agora, ele está em Brasília, não pôde estar aqui, me pediu que, em seu nome e em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebesse essas reivindicações que serão acolhidas pela Assembléia, encaminhadas formalmente.

E nós temos a alegria, enquanto Poder Legislativo, como falou aqui o Deputado Neivo Beraldin, este é um Poder que emana da população do paraná, é a caixa de ressonância das aspirações da população, nós temos a obrigação de encaminhar essas reivindicações colocadas pela Federação, que representa, com certeza absoluta, o pensamento dos nossos agricultores que aqui estão, porque nós sabemos, Deputado Dobrandino, que os pequenos agricultores são diferenciados. Os agricultores médios ou, quem sabe, os grandes agricultores trabalham com a agricultura de exportação, quando o preço é bom, isso melhora. Os pequenos produtores, realmente, têm uma dificuldade maior.

É preciso que o Governo intervenha com maior decisão para que os nossos agricultores familiares não padeçam por conta do mercado puro e absoluto com relação à questão daquilo que acontece no Mundo todo hoje, porque os agricultores precisam realmente. Sempre dizemos que o jeito para ter uma casa é ir para a cidade; daí tem uma casa popular. Isso não é justo!

Para quem está produzindo lá, é necessário que tenha a oportunidade de reformar a sua casa ou construir uma casa nova, isso é o mínimo de dignidade que tem que ter um pequeno agricultor.

Então, ao agradecer a sua presença, quero transmitir o que nos falou o Presidente Hermas Brandão, e receber o documento encaminhado pela Federação para que a Assembléia possa dar os devidos encaminhamentos.

O SR. ANTONIO LÚCIO ZARANTONELLO

Viva os Trabalhadores Rurais! Viva o Grito da Terra

(Aplausos)

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)

Sr. presidente, queremos registrar e apresentar aqui a Vereadora da minha Cidade de Sarandi, a Sandra Clebers, junto com a sua amiga Elenir Godinho, também Vereadora Cassilda Marconi, do Município de Alto Paraná, do meu Partido.

Bem vinda Cassilda, com o Tesoureiro do partido, Carlos Gonçalves, aliás Presidente do PT e Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores rurais.

Também queremos mencionar ainda a presença de várias associações de Alto Paraná, da AMPARAR, da DIAPAR, da AGROSANTA, e da Vila Rural que vieram acompanhar essa grande caravana da FETAE.

Quero também me somar à FETAP, a todas as lutas dos trabalhadores rurais, pequenos trabalhadores, e parabenizar também o Governo do Estado por esse aval para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sejam todos bem-vindos, conforme registro do nosso querido Deputado Padre Paulo.

Horário das Lideranças.

Todas declinaram.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de Apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Nishimori.

O SR. LUIZ NISHIMORI

Em primeiro lugar, quero agradecer aqui aos nobres Parlamentares que aprovaram dois objetos de minha autoria. O primeiro, que concedeu o título de cidadã honorária à Sra. Tomi Nakagawa, e o segundo, que institui o Dia do Imigrante Japonês, o Dia da Comunidade Nipo-Brasileira.

Ambos, Sr. Presidente, estão ligados entre si. A Sra. Tomi é a última e a única remanescente, entre os passageiros do navio Kasato Maru que trouxe para as terras brasileiras, em 18 de junho de 1908, os primeiros imigrantes japoneses. Gente feita de fé e de vontade de trabalhar que contribuíram e também constituíram a laboriosa colônia japonesa em nosso país.

Sr. Presidente, Srs. a e Srs. Deputados, os japoneses trouxeram para cá não só a marca do trabalho, mas também a sua cultura e tradição. Com estas homenagens fazemos questão de ressaltar, respeitar e enaltecer. Ao homenagearmos a Srs. Tomi, estamos homenageando toda a Comunidade Nipo-brasileira, não só do Paraná, mas de todo o Brasil. E ao instituímos o Dia do Imigrante Japonês, estamos implantando o Dia da Comunidade Nipo-Brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dividir com todos vocês a nossa alegria e a certeza da participação desta Casa na história da imigração japonesa no Brasil.

Quero, em segundo lugar, estender um convite todo especial para que nesta sexta-feira, dia 18, às 19h30m, na ACEL de Londrina, as Sras. e Srs. Deputados estejam participando conosco de uma linda festa, com a realização de uma Sessão Solene deste parlamento lá em Londrina, para entrega do Título de Cidadã Honorária do Paraná, à Sra. Tomi Nakagawa.

Esperamos vocês lá, Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1137, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja reservado o período do Grande expediente do dia 21 do corrente mês, para homenagear o Dr. Fábio Sallum, Cardiologista do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento Nº 1136, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, requerendo Votação em Bloco das Proposições de Veto - Item 04 a 13, da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 695/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica renumerado para parágrafo primeiro o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003, acrescentando o parágrafo segundo com a seguinte redação:

“§ 2º - A unidade consumidora em que for constatado pelos serviços públicos de controle sanitário, infestação positiva para o mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue:

a) terá o benefício suspenso pelo prazo de seis meses;

b) ficará excluída do benefício, no caso de reincidência.”

Art. 2º - Fica o Governador do Estado autorizado a celebrar convênios com órgãos públicos federais e municipais de controle sanitário, para os fins do disposto nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.275 de 29.12.2003. (Orçamento). **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2004 de 22.03.2004).**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Município de Antonio Olinto, com sede no mesmo Município e foro no Município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Deputado Natálio Stica, acima aprovado, vai ser procedida a votação dos vetos itens 04 a 13. Votação em bloco.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 04/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, imóvel de sua propriedade. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 316/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 286/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 123/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que permitem sua utilização por órgãos da própria administração estadual. Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 123/2003, encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 090/2003, de 03.11.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 04/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objeto do veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, imóvel de sua propriedade.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 05/2004, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 609/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a alteração da redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83 de 17.07.1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 317/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 320/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 609/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Maringá, a fim de que nela seja incluído o Município de Ivatuba.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência é devida ao adiante transcrito parecer, por mim endossado, emitido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, considerando a medida inoportuna, porque deveria ser precedida de indispensáveis estudos técnicos e, também, desnecessária pois os melhoramentos almejados, conforme a justificativa, poderão ser atendidos pela administração estadual, independentemente da inclusão do Município no rol dos que integram a Região Metropolitana de Maringá.

“A inclusão de novos Municípios na área da Região Metropolitana de Maringá deve ser feita a partir de estudos técnicos que determinam:

1 - volume de tráfego de veículos de carga, de passeio e de transporte de passageiros entre os dois Municípios;

2 - volume de ligações telefônicas entre os Municípios;

3 - nível de conurbação (ligação contínua entre as áreas urbanas) entre o Município sede e os Municípios limítrofes;

4 - nível de demanda do Município por serviços públicos existentes na cidade sede;

5 - volume de transações financeiras ocorridas entre as agências bancárias do Município com a cidade sede da Região Metropolitana.

A partir do Programa de Desenvolvimento Urbano 2003-2006, o Município de Ivatuba poderá estar enquadrado nas ações previstas para as ‘cidades de pequeno porte’. Assim sendo, as demandas (saneamento básico, uso do solo, controle da poluição) da cidade de Ivatuba citadas na justificativa, poderão ser equacionadas e até ampliadas sem que seja necessário ser incluída na Região Metropolitana de Maringá”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 609/2003 encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 081/2003, de 13.10.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 05/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 609/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objeto do veto do Governador, altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83 de 17.07.1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 19/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Barras do Paraná, imóvel de sua propriedade. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 004/2004

Curitiba, 04 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 383/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 575/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que poderão possibilitar sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 575/2003, encontra-se publicado em Redação Final no DA nº 077/2003, de 24.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 019/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, objeto do veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Barras do Paraná, imóvel de sua propriedade, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 26/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência da CIRETRAN de Manguueirinha, os Municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 011/2004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 394/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 369/2003, por considerá-lo contrário ao interesse

público porque segundo informa o DETRAN, a distância do Município de Honório Serpa à CIRETRAN de Manguueirinha é de 52 quilômetros, estrada de saibro, o dobro da distância do referido Município à CIRETRAN de Coronel Vivida, que é de 25 quilômetros com asfalto, dando maior comodidade aos moradores do Município de Honório Serpa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 369/2003 encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 111/2003, de 10.12.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 26/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, objeto do veto do Governador, visa incluir na área de abrangência da CIRETRAN de Manguueirinha, os Municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADDO BRADOCK - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 41/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 055/2003, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê-ADHIGO, do Lote de Terra nº 02, da Quadra 56 da Planta Geral da Cidade de Goioerê/PR, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção da sede própria da entidade. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 196/2003

Curitiba, 03 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 160/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição pelo artigo 87, inciso VII, e em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 055/2003, por julgá-lo con-

trário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê-ADHIGO, o lote de terras nº 02, da quadra 56, planta geral da Cidade de Goioerê, havido pelo Estado do Paraná, conforme matrícula nº 17.351, Livro 2 - do Cartário de Registro Imobiliário da Comarca.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, esclarecendo o fato de que o questionado imóvel, adquirido pelo Estado, por doação com cláusula de utilização em finalidade certa, poderá ser destinado a uso de órgãos da própria Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 055/2003 encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 066/2003, de 01.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 41/2003

P A R E C E R :

A presente Proposição-Veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 055/2003, de autoria do Deputado Nelson Tureck que tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - ADHIGO, do imóvel que especifica, para a construção da sede da entidade.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 44/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza a doação de terreno ao Município de Indianópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 213/2003

Curitiba, 29 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 216/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII, e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 332/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato do imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que permitem sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 332/2003 encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 078/2003, de 29.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 044/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Nelson Garcia, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Indianópolis, o terreno nº 06, quadra 01, situado no perímetro urbano da cidade de Indianópolis.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de imóvel à Associação dos Amigos do Coração para Coração, com sede em Maringá, Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 249/2003.

Curitiba, 12 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 253/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 374/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração, com sede e foro em Maringá.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência é devida ao fato de o imóvel cuja cessão pretende efetivar, ter sido havido pelo Estado do Paraná por meio de herança jacente, em conformidade com dispositivos do Código Civil Brasileiro e que, em face do Decreto-Lei Federal nº 8.207, de 22 de novembro de 1945, somente poderá ser utilizado no desenvolvimento do Ensino Universitário.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 374/2003 encontra-se publicado no DA nº 052/2003, de 25/06/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 052/2003

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 374/2003

P A R E C E R :

A proposição de iniciativa do Chefe do Executivo Estadual veta o projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de imóvel à Associação dos Amigos do Coração para Coração, com sede em Maringá, Estado do Paraná.

Veto é manifestação de discordância do Governador do Estado, com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Há controvérsias sobre a natureza jurídica do veto, existindo inúmeros juristas defensores da tese de tratar-se de um direito; outros o entendem como um poder, havendo ainda tese intermediária que consagra o veto como um poder-dever do Governador do Estado.

O Governador, portanto, tem o poder-dever de vetar um projeto de lei, quando entendê-lo inconstitucional (aspecto formal) ou contrário ao interesse público (aspecto material) no primeiro caso tem-se o chamado veto jurídico, enquanto no segundo, o veto político. Quando presente os dois aspectos, o veto será jurídico-político.

O veto deve ser sempre motivado e é nesse sentido que se manifesta o constitucionalista Alexandre Moraes.

“O veto há que ser sempre motivado, a fim de que se conheçam as razões que conduziram à discordância, se referentes à inconstitucionalidade ou à falta de interesse público ou, até, se por ambos os motivos. Esta exigência decorre da necessidade do Poder Legislativo, produtor último da lei, de examinar as razões que levaram o Presidente da República ao veto, analisando-as para convencer-se de sua sentença ou de seu afastamento com a conseqüente derrubada do veto. Além disso, o veto é for-

mal, pois deverá ser feito por escrito, juntamente com suas razões.”¹

Mesmo estando na esfera legislativa, o veto do Governador não deixa de ser um ato administrativo e, portanto, deve estar fundamentado.

Segundo a Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ela está consagrada pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”.²

O Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 374/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público.

O Governador sustenta seu veto no Código Civil Brasileiro e no Decreto-Lei Federal 8.207/45. O imóvel somente poderia ser usado no desenvolvimento do Ensino Fundamental, por se tratar de herança jacente.

Art. 3º do Decreto nº 8.207/45 - “Adquirindo o domínio dos bens arrecadados, a União, o Estado ao aplicá-los em fundações destinadas ou o Distrito Federal ficam obrigados ao desenvolvimento do ensino universitário, e o Ministério Público respectivo velará por essa aplicação.

Parágrafo Único - Observa-se-á o disposto no artigo 25 do Código de Processo Civil, quando os bens forem insuficientes para a criação de Institutos Universitários.

Quanto aos outros requisitos de admissibilidade, no que cabe à CCJ, encontram-se presentes, podendo a presente proposição ser levado a Plenário no prazo regimental.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos Deputados estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no Município de Guaraci, conforme específica, para funcionamento do Centro Educacional Recanto

1.MORAES. Alexandre - Constituição do Brasil anotada e legislação constitucional - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 1158.

2.DI PIETRO Maria Sylvia Zanella - Direito Administrativo, 14ª Edição. Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 82.

da Alegria. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 276/2003.

Curitiba, 17 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 250/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 186/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão de ter sido constatada a real possibilidade de o imóvel, cuja doação é pretendida, vir a ser, no todo ou em parte, utilizado por repartições da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 186/2003 encontra-se publicado no DA nº 016/2003, de 08/04/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 054/2003

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 186/2003

P A R E C E R :

A proposição de iniciativa do Chefe do Executivo Estadual veta o projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no Município de Guaraci, conforme especifica.

Veto é manifestação de discordância do Governador do Estado, com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Há controvérsias sobre a natureza jurídica do veto, existindo inúmeros juristas defensores da tese de tratar-se de um direito; outros o entendem como um poder, havendo ainda tese intermediária que consagra o veto como um poder-dever do Governador do Estado.

O Governador, portanto, temo poder-dever de vetar um projeto de lei, quando entendê-lo inconstitucional (aspecto formal) ou contrário ao interesse público (aspecto material) no primeiro caso tem-se o chamado veto jurídico, enquanto no segundo, o veto político. Quando presente os dois aspectos, o veto será jurídico-político.

O veto deve ser sempre motivado e é nesse sentido que se manifesta o constitucionalista Alexandre Moraes.

“O veto há que ser sempre motivado, a fim de que se conheçam as razões que conduziram à discordância, se referentes à inconstitucionalidade ou à falta de interesse público ou, até, se por ambos os motivos. Esta exigência decorre da necessidade do Poder Legislativo, produtor

último da lei, de examinar as razões que levaram o Presidente da República ao veto, analisando-as para convencer-se de sua sentença ou de seu afastamento com a conseqüente derrubada do veto. Além disso, o veto é formal, pois deverá ser feito por escrito, juntamente com suas razões.”¹

Mesmo estando na esfera legislativa, o veto do Governador não deixa de ser um ato administrativo e, portanto, deve estar fundamentado.

Segundo a Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ela está consagrada pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”.²

O Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 186/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público.

Ressalte-se que o Governador limita-se a dizer que proposição contraria o interesse público, pois o imóvel poderá ser usado para a instalação de outros órgãos da Administração Pública.

É incontestável que o veto governamental não será acompanhado da fundamentação mencionada pelos doutrinadores Alexandre Moraes e Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

Quanto aos outros requisitos de admissibilidade, no que cabe à CCJ, encontram-se presentes, podendo a presente proposição ser levado a Plenário no prazo regimental.

Em face da frágil fundamentação e dos argumentos genéricos constantes nas razões do veto, reservamo-nos o direito de discutir o mérito em plenário.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos Deputados estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 211/2003, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Umuarama, o terreno nº 3B, subdi-

1.MORAES. Alexandre - Constituição do Brasil anotada e legislação constitucional - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 1158.

2.DI PIETRO Maria Sylvia Zanella - Direito Administrativo - 14ª Edição - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 82.

visão do terreno nº 03, da quadra nº 37, do Município de Umuarama. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 277/2003.

Curitiba, 17 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 252/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade como artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 211/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão de ter sido constatada a real possibilidade de o imóvel, cuja doação é pretendida, vir a ser utilizado por repartições da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 021/2003 encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 055/2003

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 211/2003

P A R E C E R :

A proposição de iniciativa do Chefe do Executivo Estadual veta o projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Umuarama, o terreno nº 3B, subdivisão do terreno nº 03, da quadra nº 37, do Município de Umuarama.

Veto é manifestação de discordância do Governador do Estado, com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Há controvérsias sobre a natureza jurídica do veto, existindo inúmeros juristas defensores da tese de tratar-se de um direito; outros o entendem como um poder, havendo ainda tese intermediária que consagra o veto como um poder-dever do Governador do Estado.

O Governador, portanto, tem o poder-dever de vetar um projeto de lei, quando entendê-lo inconstitucional (aspecto formal) ou contrário ao interesse público (aspecto material) no primeiro caso tem-se o chamado veto jurídico, enquanto no segundo, o veto político. Quando presente os dois aspectos, o veto será jurídico-político.

O veto deve ser sempre motivado e é nesse sentido que se manifesta o constitucionalista Alexandre Moraes.

“O veto há que ser sempre motivado, a fim de que se conheçam as razões que conduziram à discordância, se referentes à inconstitucionalidade ou à falta de interesse público ou, até, se por ambos os motivos. Esta exigência decorre da necessidade do Poder Legislativo, produtor último da lei, de examinar as razões que levaram o Presidente da República ao veto, analisando-as para convencer-se de sua sentença ou de seu afastamento com a conseqüente derrubada do veto. Além disso, o veto é formal, pois deverá ser feito por escrito, juntamente com suas razões.”¹

Mesmo estando na esfera legislativa, o veto do Governador não deixa de ser um ato administrativo e, portanto, deve estar fundamentado.

Segundo a Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ela está consagrada pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”.²

O Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 211/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público.

Ressalte-se que o Governador limita-se a dizer que proposição contraria o interesse público, pois o imóvel poderá ser usado para a instalação de outros órgãos da Administração Pública.

É incontestável que o veto governamental não será acompanhado da fundamentação mencionada pelos doutrinadores Alexandre Moraes e Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

Quanto aos outros requisitos de admissibilidade, no que cabe à CCJ, encontram-se presentes, podendo a presente proposição ser levado a Plenário no prazo regimental.

Em face da frágil fundamentação e dos argumentos genéricos constantes nas razões do veto, reservamo-nos o direito de discutir o mérito em plenário.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos Deputados estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

1.MORAES. Alexandre - Constituição do Brasil anotada e legislação constitucional - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 1158.

2.DI PIETRO Maria Sylvia Zanella - Direito Administrativo - 14ª Edição - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 82.

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/2003, veto aposto ao Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no Município de Guaraci, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 278/2003.

Curitiba, 17 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 251/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 187/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Guaraci, o imóvel que especifica, com respectivas benfeitorias, para funcionamento da escola Wilson Jan de Giulli.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do fato de a matéria, através da Lei nº 10.354, de 13 de julho de 1993, já ter sido convenientemente definida, mediante cessão de uso de prédios escolares aos Municípios do Estado do Paraná, em face da municipalização do ensino de 1º grau, forma legal essa que abrange e atende a situação em causa, significando, portanto, que o veto ora apostado não prejudica o ensino público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 211/2003 encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 016/2003, de 08/04/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 056/2003

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 187/2003

P A R E C E R :

A proposição de iniciativa do Chefe do Executivo Estadual veta o projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Guaraci.

Veto é manifestação de discordância do Governador do Estado, com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Há controvérsias sobre a natureza jurídica do veto, existindo inúmeros juristas defensores da tese de tratar-se de um direito; outros o entendem como um poder, hav-

endo ainda tese intermediária que consagra o veto como um poder-dever do Governador do Estado.

O Governador, portanto, tem o poder-dever de vetar um projeto de lei, quando entendê-lo inconstitucional (aspecto formal) ou contrário ao interesse público (aspecto material) no primeiro caso tem-se o chamado veto jurídico, enquanto no segundo, o veto político. Quando presente os dois aspectos, o veto será jurídico-político.

O veto deve ser sempre motivado e é nesse sentido que se manifesta o constitucionalista Alexandre Moraes.

“O veto há que ser sempre motivado, a fim de que se conheçam as razões que conduziram à discordância, se referentes à inconstitucionalidade ou à falta de interesse público ou, até, se por ambos os motivos. Esta exigência decorre da necessidade do Poder Legislativo, produtor último da lei, de examinar as razões que levaram o Presidente da República ao veto, analisando-as para convencer-se de sua sentença ou de seu afastamento com a conseqüente derrubada do veto. Além disso, o veto é formal, pois deverá ser feito por escrito, juntamente com suas razões.”¹

Mesmo estando na esfera legislativa, o veto do Governador não deixa de ser um ato administrativo e, portanto, deve estar fundamentado.

Segundo a Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ela está consagrada pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”.²

O Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 187/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público.

O Governador sustenta seu veto na Lei Estadual nº 10.354 de 13 de julho de 1993 que, já teria cedido os prédios escolares aos Municípios, por força da municipalização do ensino, portanto, o objetivo da proposição teria se efetivado. Há importante diferença entre cessão de uso e doação. No entanto, esse aspecto envolve matéria de mérito e poderá ser analisado pelo conjunto dos Deputados estaduais em plenário. Quanto aos outros requisitos de admissibilidade, no que cabe à CCJ, encontram-se presentes, podendo a presente proposição ser levado a Plenário no prazo regimental.

1.MORAES. Alexandre - Constituição do Brasil anotada e legislação constitucional - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 1158.

2.DI PIETRO Maria Sylvia Zanella - Direito Administrativo - 14ª Edição - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 82.

Em face da frágil fundamentação e dos argumentos genéricos constantes nas razões do veto, reservamo-nos o direito de discutir o mérito em plenário.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos Deputados estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

Solicito à 1ª Secretária, Elza Correia, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)
(**Procede à chamada nominal para a votação**).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e sete Deputados votaram.

Solicito aos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Artagão Júnior e Fernando Ribas Carli, para que procedam à contagem dos votos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero registrar com muita satisfação que acabo de receber a revista "Página 9" de Maringá e como Diretor o Sr. Ângelo Rigon. Essa revista traz uma reportagem no Aspen Park de Maringá, que foi financiado pelo Banco do Estado do Paraná, ou mais precisamente pela BANESTADO Leasing.

Então a família, dona do terreno, que era a família Pasquinelli, acabou sendo enrolada em um negócio, por um cônsul colombiano e na sequência entrou no negócio o Miguel Krisgner, que é o dono do O Boticário e uma série de outras sociedades, que culminou com um prejuízo de oito milhões de reais, para a BANESTADO. A foto do Aspen Park, aqui, está bonita e quem está pagando a conta dessa construção, dessa obra, é a população do Paraná!

Meus parabéns à Revista Página Nove e ao seu responsável!

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

Vinte e nove, SIM; sete, NÃO; um em BRANCO. Trinta e sete votantes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Estão mantidos os vetos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1119, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1121, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1129, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Ao Sr. 1º Secretário para apreciar.**

Requerimento nº 1130, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1131, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1132, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1133, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1134, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1135, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de comunicar a presença do jornalista proprietário do Jornal Hoje, de Maringá, Sr. Francisco, que está aqui conosco, bem como da presença dos ex-Deputados João Iensen e Edno Guimarães.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nossa alegria em registrar, com satisfação, ilustres participantes desta Sessão de hoje à tarde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 011, 017, 028, 031 e 039/2004; 042, 045, 048 e 051/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Paraná, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros:

Elio Rusch, Nelson Tureck, Waldir Leite, Artagão Júnior e Fernando Ribas Carli. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. Dando início à Sessão, primeiramente foi ouvido como convidado o Sr. Mauro Fontana Marder, representante da empresa TCP - Terminais de Contêineres de Paranaguá, que narrou suas dificuldades de utilização do cais 216, e seu prolongamento, fruto de pendências judiciais iniciadas pelo Governo do Estado do Paraná em relação ao Contrato de Arrendamento firmado anteriormente e ao 4º Aditivo do mesmo. Em seguida, foram chamados a depor o Sr. Alaor Reis e o Sr. Mauro Maranhão, assessores jurídicos da APPA, ambos tendo prestado o compromisso legal de dizer a verdade, iniciando seus esclarecimentos sobre o caso TCP, licenças ambientais, contratos de ampliação de arrendamentos e de servidão de passagem, entre outros; enfatizando sobre as batimetrias dentro do tema “dragagem” que a pessoa deveria ser convocada deve ser o Comandante de Mar e Guerra, Grizinski, do Porto de Paranaguá. Neste momento o Sr. Presidente colocou em votação a convocação de representante da ASSUMAR, de convocação do Comandante Grizinski e do responsável pelo setor de Saúde do Porto. Após discussão, o Sr. Presidente colocou em votação. **Aprovado por unanimidade.** Quanto à Ata da reunião anterior, realizada em 24 de março de 2004, foi solicitado pelo Deputado Nelson Tureck a dispensa da sua leitura. Após discussão, o Sr. Presidente colocou em votação. **Aprovada por unanimidade.** Na sequência o Sr. Presidente chamou para prestar depoimento a Sra. Mariana, representante da Clínica São Paulo, para pronunciar-se sobre o programa Porto Família, prestando o compromisso legal de dizer a verdade. Durante o seu depoimento a Sra. Mariana comprometeu-se a enviar no prazo de 10 dias à Comissão de Fiscalização os seguintes documentos/informações: contratos de trabalho e comprovantes de pagamentos dos seus funcionários e dos profissionais que atenderam pelo Programa; cópia do relatório de prestação de contas enviado à ACIAP para fins de recebimento das remunerações contratuais; comprovante de recebimento dos valores repassados pela ACIAP; após isso, o Sr. Presidente dispensou a oitiva do Sr. Antônio Kasczeszen Júnior, Chefe da Guarda Portuária, ressaltando que o mesmo poderá ser reconvocado quando necessário. Em seguida foram ouvidos em Sessão fechada os Srs. Valdir Neves e Gilmar Francener, que prestaram novos depoimentos sobre os problemas no Porto de Paranaguá, isso após terem se comprometido legalmente a dizer a verdade sobre os fatos. Quanto a todos os depoentes registra-se que o inteiro teor dos seus comentários, esclarecimentos, perguntas dos Deputados e suas respostas, constam de notas taquigráficas em anexo, fazendo estas parte e integrando a presente Ata. Agradecendo a presença de todos, e ainda, confirmando a reconvocação sem data marcada do ex-Diretor Técnico da APPA, Sr. Ogarito, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai

assinada por todos os Srs. Deputados e por mim, Adilson Luiz Hintz, Secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Adilson Luiz Hintz - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer, Nelson Tureck, José Maria Ferreira e Chico Noroeste. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Elton Carlos Welter declina de seu parecer. O Presidente Hermes Fonseca submete à votação o parecer do Deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Elton Carlos Welter e José Maria Ferreira, e abstenção do Deputado Tadeu Veneri. 02) Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner. O Deputado Elton Carlos Welter solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente. 03) Projeto de Lei nº 23/2003, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 24/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 25/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 26/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock - Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 56/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 75/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 79/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Elton Carlos Welter, relator, solicita devolução da matéria ao autor, sugerindo arquivamento. O Presidente coloca em votação - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 90/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 94/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 98/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Os Deputados Delegado Bra-

dock e Marcos Isfer, solicitam VISTAS - Concedida pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 101/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. O Deputado Marcos Isfer, relator, solicita devolução da matéria ao autor, sugerindo arquivamento. O Presidente coloca em votação. APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 103/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner. O Deputado Tadeu Veneri, relator, requer conversão do projeto em diligência. DEFERIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 112/2004, de autoria do Deputado Luciano Ducci - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 117/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. O Deputado José Maria Ferreira solicita inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 689/2003. O presidente coloca em votação - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 689/2003 de autoria do Deputado Waldir Leite. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS. Concedida pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 550/2003 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 68/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 151/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 152/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 162/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 182/2004 de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA 22/06/2004
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 78/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a determinar providências para regulamentar a exposição pública

de revistas e quaisquer outras publicações cujas capas provoquem constrangimentos de ordem social aos clientes de Bancas de Jornal e Livrarias. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 06.05.2004. Vistas ao Deputado José Maria Ferreira, em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 98/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que faculta às Prefeituras Municipais, onde não exista Agência/Posto de atendimento de Bancos Oficiais, efetuar movimentações financeiras nas Cooperativas de Crédito. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.05.2004. Vistas aos Deputados Delegado Bradock e Marcos Isfer, em 08.06.2004.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 44/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que obriga as Concessionárias e Revendedoras de Veículos Usados a informarem ao DETRAN sobre a Operação de venda de veículos. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 54/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **Relator: Delegado Bradock. Designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 67/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a utilização do gás natural veicular no transporte público estadual. **Relator: Delegado Bradock. Designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 88/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a destinação de veículos apreendidos em inspeções no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter. Designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da estrada intermunicipal do trecho Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 129/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 131/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Usina Hidrelétrica

Governador José Richa, a Usina de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 138/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas que contêm bebidas de toda a espécie, oferecidas ao consumo da população. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar lote para a APAE de Foz do Iguaçu. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 141/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 147/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da estrada intermunicipal do trecho que vai do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 148/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre preços em desacordo com o anunciado ou exposto e os praticados por estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 153/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui no Estado do Paraná o Dia da Comunidade Árabe, a ser comemorado anualmente no dia 11 de novembro. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 154/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que inclui a alevinagem em rios e córregos no Programa Estadual de Matas Ciliares. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 155/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico das escolas da Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 160/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o título Honorífico Mérito Policial do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 164/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que concede isenção ao pagamento da taxa da cédula de identidade para as pessoas com renda mensal de até 02 salários mínimos. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o pagamento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos. Leis nº 8927/88 e 10.064/92, com precatórios de natureza alimentícia. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 168/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui a disciplina ambiental do Ensino Público Estadual. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 169/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que obriga supermercados a contratar empacotadores. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 171/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale-Turismo. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da Rede de Ensino Estadual. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 174/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório no âmbito do Estado do Paraná a utilização de controladores de velocidade tipo lombadas eletrônicas em substituição aos chamados pardais. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 14.363/2004 - Programa Bom Emprego. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da Administração Indireta do Estado. **Relator:**

Deputado Delegado Bradock, designado em 08.06.2004.

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES**

Projeto de Lei nº 703/2003, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que transfere do Município de Guarapuava o trecho da PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmeirinha até a sede do Município de Campina do Simão. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputado José Maria Ferreira, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis ao Município de Agudos do Sul. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes ao Município de Nova Aurora. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 07/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Alto Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 119/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que isenta do pagamento da tarifação de transporte de portadores de doenças renais crônicas e pacientes de hemodiálise nas linhas intermunicipais administradas pelo DER. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 133/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a destinação de pneumáticos inservíveis destinados à produção de pavimentação asfáltica. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 163/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que cria sistema de transporte aos alunos das escolas públicas do Paraná para realizarem atividades curriculares e extra-curriculares. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 173/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a criação do Museu

Paranaense On Line. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 176/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que estabelece a obrigatoriedade de sinalização em rios mananciais de abastecimento. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 177/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dá denominação ao Terminal de Transporte Coletivo do Cachoeira, em Almirante Tamandaré. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 178/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui, no calendário oficial do Estado do Paraná, a Semana da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.411/2001, que criou o Programa Parceiro da Escola. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 180/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que determina que os veículos de propriedade do Governo do Estado (Administração Direta e Indireta) sejam licenciados nas Cidades onde prestarão serviços. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 181/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador Osmar Dias. **Relator: Deputado Jocelito Canto. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, com sede e foro no Município de Ubiratã. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declarada de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados Pensionistas e Idosos, com sede e foro no Município de São João do Ivaí. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 185/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a PRT-280 no Município de

Clevelândia, até o Município de Honório Serpa. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do kit vida em estabelecimentos públicos ou privados. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubiratã. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 191/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio-transporte ao desempregado pelo período de trinta dias. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 193/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança da taxa bancária para os pagamentos de qualquer tipo de conta, taxa ou tributo no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 195/2004, de autoria da Bancada do PT, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Ladislau Biernaski. **Relator: Deputado Nelson Justus. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 196/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que institui o Dia Estadual da Comunidade Ucraniana. **Relator: Deputado Jocelito Canto. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 199/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria o Programa de Aproveitamento de Alimentos não Consumidos. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 201/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de interesse turístico estadual o 28º Travel Mart Latin América. **Relator: Deputado Marcos Isfer. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 202/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador Waldemar Allegretti. **Relator: Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva prorrogar prazo para conclusão dos trabalhos previstos nas Leis nºs 11.255 e 13.570 - indenizações às pessoas detidas sob acusação de participação política. **Relator Deputado Marcos Isfer. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a Empresa Concessionária do Serviço de Abastecimento de Água do Paraná instalar equipamento eliminador de ar. **Relator Deputado José Maria Ferreira. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 215/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale-Transporte ou Auxílio-Transporte para os servidores efetivos das Secretarias Estaduais de Saúde e Educação. **Relator Deputado Elton Carlos Welter. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado. **Relator Deputado Delegado Bradock. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 224/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa. **Relator Deputado José Maria Ferreira. Designado em 15.06.2004.**

Proposição - Veto nº 44/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 61/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que estabelece critérios para quitação do ICMS - transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. **Relator Deputado Jocelito Canto. Designado em 15.06.2004.**

Proposição - Veto nº 46/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 11/2003 de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal. **Relator Deputado Jocelito Canto. Designado em 15.06.2004.**

Proposição - Veto nº 47/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 625/2003 de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Kaloré. **Relator Deputado Jocelito Canto. Designado em 15.06.2004.**

Proposição - Veto nº 48/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 667/2003 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6.174/70, dispondo sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria. **Relator Deputado Jocelito Canto. Designado em 15.06.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE
PÚBLICA

Projeto de Lei nº 06/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de São Roque, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. **Relator Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 110/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairro da Vila Martins, com sede e foro no Município de Reserva. **Relator Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 159/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Quisana, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Relator Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 213/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Relator Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 231/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho. **Relator Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 238/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro no Município de Curitiba. **Relator Deputado Duílio Genari. Designado em 15.06.2004.**